



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 087/2012

Súmula: Altera a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

Art. 1.º – O art. 1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º – Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD, a ser gerido pela Coordenadoria Estadual Antidrogas.

Parágrafo único. Equivalem-se para fins desta Lei as expressões Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Fundo, bem como a sigla FESD."

Art. 2.º – O art. 2.º e seu §1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD tem por finalidade a captação e administração de recursos financeiros destinados à ação pública de pesquisa sobre a temática em questão, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual Antidrogas, unidade de nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, indicará servidor pertencente a seu quadro técnico-efetivo para gerenciar a execução das atividades orçamentárias e financeiras do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD."

Art. 3.º – O art. 3.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º – Constituem recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas:

I – dotação específica consignada no orçamento do Estado do Paraná, consignada anualmente no Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

III – doações, auxílios, legados e contribuições de:

- a) organismos ou entidades nacionais e internacionais;
- b) pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, de acordo com a Lei Federal n.º 9.532 de 10 de dezembro de 1997, as quais poderão ser elegíveis para receber incentivos fiscais, mediante prévia avaliação da Coordenadoria Estadual Antidrogas, em consonância com o Conselho Estadual Antidrogas.

IV – créditos adicionais que lhe forem abertos;

V – transferência de recursos financeiros advindos de convênios com o Governo Federal;

VI – recursos que lhe forem destinados pelo Governo do Paraná;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e outros firmados entre o Estado e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais e estaduais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII – todo e qualquer bem de valor econômico e valores em espécie, apreendidos em decorrência do tráfico de drogas ou utilizados de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, ou ainda, que tenham sido adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, em todo o território do Estado do Paraná, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial, conforme disposto no art. 4.º da Lei Federal n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações;

IX – recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o inciso VII deste artigo;

X – recursos oriundos do leilão de bens perdidos em favor do Estado do Paraná e dos bens e valores objeto do crime de tráfico de drogas que tenham sido apreendidas no Estado do Paraná, conforme art. 2.º, inciso VI, da Lei Federal n.º 7.560 de 19 de dezembro de 1986;

XI – bens cuja autorização de uso com transferência de responsabilidade tenha sido declarada pelo juízo competente, ouvido o Ministério Público e após parecer de destinação da Coordenadoria Estadual Antidrogas com prévia deliberação do Conselho Estadual Antidrogas;

XII – recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados na fabricação e transformação de drogas no âmbito do território do Estado do Paraná;

XIII – recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos;

XIV – recursos provenientes de publicações e eventos promovidos pelo Conselho Estadual Antidrogas;

XV – quaisquer outras rendas eventuais, que por sua natureza, possam ser destinadas ao FESD."

Art. 4.º – O art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º – Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em banco oficial, em conta especial, sob a denominação "Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas", que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor do FESD, ou, por delegação deste, pelo Secretário Executivo do Conselho Diretor do FESD, em conjunto com, no mínimo, duas pessoas autorizadas pelo referido Conselho."

Art. 5.º – O art. 5.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação;

II – do atendimento das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do FESD;

III – do cumprimento das exigências previstas em regulamento próprio.

§ 1.º As despesas do exercício anterior, para o qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido efetuadas no momento oportuno e, ainda, os restos a pagar e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos em conta de dotação específica, consignada no orçamento do exercício seguinte, discriminada por elementos, obedecida, tanto quanto possível, a ordem cronológica.

§ 2.º O funcionamento e a administração do FESD serão objeto de regulamentação pelo Conselho Diretor do FESD."



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 6.º – O art. 6.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º O patrimônio, as receitas e eventual superávit do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, sendo vedada a utilização de seu patrimônio para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou das Polícias Civil e Militar."

Art. 7.º – O art. 7.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas será fiscalizado pelo Ministério Público, ao qual serão encaminhados, por meio do Conselho Diretor, relatórios gerenciais sobre a aplicação de seus recursos e atividades, e que prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná."

Art. 8.º – O art. 8.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º – Os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD serão destinados, com exclusividade, para:

I – a implantação da política estadual sobre drogas;

II – a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas;

III – o desenvolvimento de projetos de formação profissional para tratamento e reabilitação de dependentes, bem como para controle de uso e tráfico de drogas, em conjunto com os diversos seguimentos da sociedade e órgãos componentes;

IV – o reaparelhamento e custeio das atividades de pesquisa, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas e produtos controlados;

V – o apoio a entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de prevenção, redução de dano, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos;

VI – o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao público que abordem a temática relacionada às drogas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – a organização de eventos de caráter científico voltados ao estudo e debate de matérias relativas à prevenção, redução do dano, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas e fiscalização e repressão, no âmbito do Estado do Paraná;

VIII – os programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

IX – o subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FESD e do Conselho Estadual Antidrogas em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate às drogas;

X – custos de sua própria gestão; excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

XI – a Rede de Atenção Integral em Saúde Mental para usuários de álcool e outras drogas;

XII – capacitação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.

Parágrafo único. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas integrarão a carga patrimonial da Secretaria de Estado que detiver as atividades referentes à administração da Coordenadoria Estadual Antidrogas."

Art. 9.º – O art. 9.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º – Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, órgão colegiado, deliberativo e de caráter consultivo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação dos recursos financeiros do referido Fundo proposto pelo Conselho Estadual Antidrogas e de realizar o seu respectivo acompanhamento.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, consideram-se sinônimos, nesta Lei, os termos Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Diretor e Conselho."

Art. 10 – A Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas, na qualidade de Presidente;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – um representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;

III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;

IV – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;

VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;

IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;

XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.

§ 1.º – Os membros referidos nos incisos II a X serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2.º – O membro nato constante do inciso I será substituído por seu suplente legal em suas faltas e ou impedimentos.

§ 3.º – Os representantes apontados no inciso XI serão eleitos em assembleias próprias, convocadas para este fim específico, amplamente divulgada, visando a participação de entidades e membros da comunidade que comprovadamente estejam envolvidos com ações de combate às drogas nas mais diversas frentes.

§ 4.º – Haverá 01 (um) suplente para cada membro do Conselho Diretor, a ser indicado pela entidade responsável.

Art. 11 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12 – O Conselho funcionará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do Conselho além do voto comum o de qualidade.

Art. 13 – Os membros deste Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, após as indicações, para um mandato de 02 (dois) anos ou mandato a se encerrar com o término do mandato do Governador que os nomeou, podendo ser reconduzidos por mais 01 (um) mandato.

Art. 14 – Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – doença que exija licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV – ausência injustificada a mais de 05 (cinco) sessões consecutivas;

V – contumácia na retenção de processos, além de prazos regimentais;

VI – procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VII – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 15 – Os membros do Conselho não serão remunerados sendo seus serviços prestados considerados de relevância ao Estado do Paraná.

Art. 16 – Ao Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas compete:

I – a apreciação e aprovação dos Programas de Trabalho do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e o acompanhamento de sua execução;

II – a deliberação e aprovação dos orçamentos de despesas do Fundo e suas alterações significativas de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e demais normas disciplinadoras da matéria, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

III – a deliberação e aprovação da proposta orçamentária para gestões do Fundo, bem como as alterações orçamentárias, que serão encaminhadas para providências junto ao Grupo Financeiro Setorial da Secretaria que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas ao combate às drogas, de acordo com as normas pertinentes à matéria orçamentária;

IV – a deliberação e aprovação de balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extraorçamentários, a serem apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV – instituir os processos referentes aos programas de trabalho, orçamentos de despesas, investimentos, aplicações, demonstrativos e prestações de contas, para a deliberação do Conselho;

V – providenciar as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões do Conselho;

VI – assinar correspondências relativas ao Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, quando autorizado pelo Presidente do Conselho Diretor;

VII – movimentar a conta bancária do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, por delegação, conforme as deliberações do Conselho e determinações do seu Presidente;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas e/ou designadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 19 – Aos membros do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – estudar e relatar os processos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;

II – votar a matéria em discussão, podendo pedir vistas dos processos, bem como apresentar voto em separado;

III – tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões dos processos e pedir adiamentos de discussões;

IV – requerer urgência, para discussão e votação de processos não incluídos em pauta, bem como preferência nas votações em determinado assunto;

V – apresentar indicações e levantar questões de ordem;

VI – desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos por deliberação do Conselho ou por seu Presidente.

Art. 20 – A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará o necessário suporte técnico-administrativo para o funcionamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 21 – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas contará com um profissional habilitado, formado em Ciências Contábeis ou em curso de Contabilidade, devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para responder pela execução orçamentária, financeira e contábil, conforme o artigo 2.º, parágrafo único, da presente Lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 22 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo titular do órgão que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, "ad referendum" do Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas.

Art. 23 – Ficam revogadas as disposições:

I – dos parágrafos 2.º e 3.º do art. 2.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

II – dos parágrafos do art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

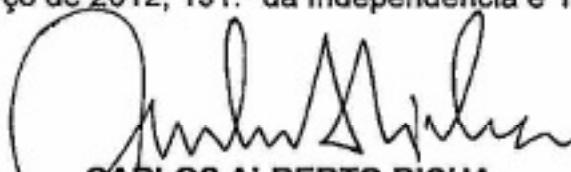
III – da Lei n.º 12.348, de 06 de novembro de 1998; e

IV – do Decreto Estadual n.º 3993, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, utilizando quaisquer formas previstas no Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 9 de março de 2012
OF CEE/G 048/12

LIDO NO EXPEBIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 MAR. 2012

[Signature]
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – A D L para providências.

Em, 13/03/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

MENSAGEM N.º 02/2012

Curitiba, 9 de março de 2012

Senhor Presidente,

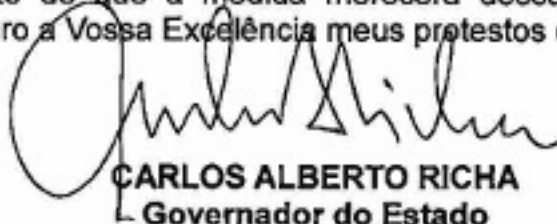
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Atualmente, o Fundo Estadual Antidrogas é incumbido da captação e administração dos recursos financeiros destinados à ação pública de prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos, na forma da legislação vigente.

Com a edição da presente proposta, o Fundo Estadual Antidrogas denominar-se-á Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD e abordará, também, no que tange à destinação dos recursos do fundo, a implantação da política antidrogas, a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas, dentre outros, que antes não eram abarcados pela legislação em vigor.

Dessa forma, tendo em vista os avanços trazidos pelo presente Anteprojeto de Lei no que se refere às Políticas Públicas de Combate às Drogas, imperioso se faz a aprovação do presente.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Impulsi prot. n.º 11.188.005-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



ANÁLISE PRÉVIA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

Projeto de Lei nº. 087/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 002/12

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 14.264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUIU O FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. [grifos nossos]

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº. 087/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 002/12

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 14.264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUIU O FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

Pedro Lupion

Wm. Amys

Monte



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 087/2012

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264 de 22 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, na Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Por força do art. 33-I, chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta apresenta avanços no que se refere às Políticas Públicas de Combate às Drogas, altera a denominação do fundo, aborda um número maior de atos, programas e tratamentos oferecidos pela lei, bem como estabelece critérios de fiscalização.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação do feito pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/04/12





DR. BATISTA
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 02/12, e objetiva alterar a Lei nº 14.264, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Da mesma forma foi a matéria encaminhada a Comissão de Saúde Pública, que por meio da Relatora Deputada Marla Tureck, emitiu o devido parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, tão somente fora detectado, pequeno dissentimento de cunho organizacional, com certeza por lapso, pois na constituição do respectivo Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, expressa no artigo 10, da Proposição, constam representantes indicados pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público, dentre outros do Poder Executivo, não figurando nenhum componente indicado pelo Poder Legislativo.

Neste sentido, esta Comissão de Finanças, entende necessária a intervenção por meio de **emenda aditiva, inserindo o inciso XII**, ao artigo 10, da Lei 14.264, integrando um Representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas desta Assembleia Legislativa ao Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 087/12, com a **emenda aditiva** na forma constante em anexo.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Sala das Comissões em 18/04/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

SÚMULA: Altera o caput artigo 10, do Projeto de Lei nº 087/12, inserindo também, inciso ao dispositivo.

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 10, do Projeto de Lei nº 087/12, passando o articulado a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

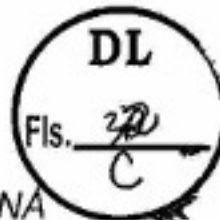
“Art. 10. A Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2.003, passa a vigorar acrescida do artigo 10, com a seguinte redação:

“Art. 10. O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

- I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas;
- II – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;
- III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- IV- 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;
- VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná;
- IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do estado do Paraná;
- X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;
- XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada;
- XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sala das Comissões em 18/04/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 18 ABR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 087/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/12 respectivamente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 087/12, oriundo da Mensagem nº 002/12, que altera a Lei 14.264/03 que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2012.

Deputado Estadual
ADEMAR TRAIANO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
18/04/12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

Projeto de Lei nº 087/12

Autor da emenda: Comissão de Finanças – Deputado Waldyr Pugliesi.

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.

Ocorre que, recebeu Emenda Aditiva da Comissão de Finanças, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Por esta razão é que a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda aditiva foi proposta pelo relator na Comissão de Finanças.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa à presente emenda, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pela Comissão de Finanças, na forma da **SUBEMENDA** em anexa.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR













Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/2012

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de autoria da Comissão de Finanças que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica acrescido inciso XII ao art. 10 do Projeto de Lei nº 087/2012, passando a contar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

(...)

XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR